

Proc. _____
ENT 158/SG/DAOSM/GAAM/ 18
DATA 12/01/2018
Luís Rosa



EL
AR

**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS E
DESCENTRALIZAÇÃO**

Parecer

Relativo à Proposta n.º671- B/CM/2017 - "Aprovação do Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021"

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Proposta 671/CM/2017, subscrita pelo Vereador das Finanças e Recursos Humanos, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal de 8 de Janeiro de 2018, submete à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa [AML] o Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização, a fim de ser apreciada e, conseqüentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML¹.

A Comissão reuniu a 21 de Dezembro para audição do Vereador das Finanças e Recursos Humanos, João Paulo Saraiva, sobre o Orçamento e outros Documentos Previsionais da CML para 2018.

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2018-2021 e ao Orçamento para 2018, foi também determinada a audição de todos os vereadores com pelouros em todas as Comissões Permanentes.

2. CONSIDERANDOS

2.1. Enquadramento

Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento.

¹ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.




Conforme previsto no artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo Município, estão em anexo ao orçamento.

De acordo com a Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das actividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento, e acompanhado do plano anual de recrutamento.

A inscrição da rubrica de receita é uma das contrapartidas que o POCAL apresenta para a revisão orçamental. Contudo, ocorrem situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua inscrição orçamental que é uma condição necessária à respectiva liquidação e cobrança.

O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na sua redação atual, prevêem que a assunção de compromissos plurianuais e sua reprogramação está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, dispondo que esta pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, exceptuando-se os casos em que esteja implicado o aumento de despesa, e que nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pode ser delegada no Presidente de Câmara.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, no n.º 1 do seu artigo 9.º, estabelece que as taxas serão actualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação.

O Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, no n.º 1 do artigo 8º refere que os valores da Tabela de Taxas Municipais são actualizados nos termos previstos na Lei, sendo adequado usar, para este efeito, o Índice de Preços no Consumidor, em variação média anual, a Julho de cada ano, sendo esta, para Julho de 2017, de 1,08 %.

Tendo por objectivo promover um clima favorável à dinâmica de crescimento da cidade no actual ciclo económico local, entende-se ser de manter a redução temporária de 15 % para os feirantes fixos do ramo não alimentar, aprovada pela Deliberação n.º 005/AML/2016.

O Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa previu, no artigo 97.º, pontos 4.º e 5.º, um regime de excepção - manutenção do referencial de preços - para as taxas devidas pela ocupação de espaço público por toldos, esplanadas e outros elementos físicos que, à data, estão a ser objecto de análise para uma nova proposta quanto ao respectivo leque e valores num trabalho a finalizar no próximo ano, sendo por ora de manter aquela derrogação para 2018.

A 13 Dezembro de 2017 a Assembleia Municipal de Lisboa foi notificada do Acórdão nº 848/2017 proferido pelo Tribunal Constitucional que declara a inconstitucionalidade das normas respeitantes à **Taxa Municipal de Protecção Civil**. Assim, a proposta de orçamento foi rectificada tendo em conta os efeitos do referido Acórdão.

2.2. Análise da Proposta

2.2.1 Análise das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2018-2021

O novo Programa de Governo da cidade para 2018-2021 estrutura-se em 5 eixos fundamentais: melhorar a qualidade de vida e o ambiente, combater exclusões, defender direitos, dar força à economia, afirmar Lisboa como cidade global e governação aberta, participada e descentralizada.

No eixo **(A) Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente** pretende-se garantir habitação acessível a toda a população, continuar a aposta num planeamento urbanístico de qualidade e na reabilitação, continuar a promover a mobilidade acessível, uma cidade sustentável, resiliente e amiga do ambiente., criando mais e melhor espaço público, prosseguindo o objectivo de uma cidade segura.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 220,384 milhões de euros em 2018, e um total de 891,762 milhões de euros no quadriénio, representando 74% do investimento total no quadriénio.

No eixo **(B) Combater Exclusões, Defender Direitos**, pretende-se afirmar direitos e reforçar a cidadania, promover mais escolaridade, mais qualificações e melhores escolas, promover o desporto e a actividade física.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 36,541 milhões de euros em 2018 e um total de 135,703 milhões de euros no quadriénio, representando 11,3% do investimento total no quadriénio.

No eixo **(C) Dar força à Economia** os objectivos são promover mais serviços e mais empregos, mais empreendedorismo e fomentar o talento.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 8,520 milhões de euros em 2018 e um total de 18,705 milhões de euros no quadriénio, representando 1,6% do investimento total no quadriénio.

No eixo **(D) Afirmar Lisboa como Cidade Global**, pretende-se afirmar Lisboa como capital europeia, com um potencial de futuro amplamente reconhecido nas áreas do turismo, do lazer e da cultura, e também como cidade criativa e capital atlântica.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 20,709 milhões de euros em 2018 e um total de 44,522 milhões de euros no quadriénio, representando 3,7% do investimento total no quadriénio

No eixo **(E) Governação Aberta, Participada e Descentralizada**, Lisboa aposta na função pública valorizando o trabalho e os trabalhadores, alicerçada na qualidade e empenhamento com vista à eficácia, eficiência e profissionalismo, e apostando numa governação e prestação de contas transparentes, prossequindo a Reforma Administrativa e a Descentralização.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 44,070 milhões de euros em 2018 e um total de 113,811 milhões de euros no quadriénio, representando 9,4% do investimento total no quadriénio

O plano plurianual de Investimentos para 2018-2021 prevê um investimento total de 1.204,502 milhões de euros, estando previsto para o ano de 2018 um investimento de 330,224 milhões de euros.

Quadro 1 – Plano Plurianual de Investimentos ²

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2018 - 2021

OBJETIVOS/PROGRAMAS

DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021	Milhares de Euros	
					TOTAL	
					VALOR	%
EIXO A - MELHORAR QUAL VIDA E AMBIENTE	220.384	283.566	249.030	138.781	891.762	74,0
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	30.861	45.312	31.140	10.750	123.872	10,3
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	81.818	79.172	72.295	50.167	283.552	21,9
A3 MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	11.173	12.978	7.083	1.763	32.997	2,7
A4 CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	69.341	73.892	84.993	41.538	249.752	20,7
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	42.939	62.428	66.230	23.682	195.285	16,2
A6 CIDADE SEGURA	4.352	9.797	7.271	4.583	26.304	2,2
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES,DEF DIREITOS	36.541	51.118	41.663	6.381	135.703	11,3
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	7.520	13.958	9.150	100	30.734	2,0
B2 +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC.,MELHOR ESCOL	23.096	15.145	11.997	959	51.197	4,3
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	4.747	5.468	5.422	5.322	20.957	1,7
B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	1.171	16.549	15.095		32.815	2,7
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	8.520	6.850	2.550	785	18.705	1,6
C2 + EMPREENDEDORES,+ ATITUDE EMPREENDEDORA	5.241	2.120	120	120	7.601	0,6
C3 FOMENTAR O TALENTO	15	15	15	15	60	0,0
C4 CIDADE INTELIGENTE	2.211	2.115	15		4.341	0,4
C5 APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	1.054	2.800	2.400	650	8.704	0,8
C6 TURISMO SUSTENTÁVEL	0				0	0,0
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOB	20.709	13.701	7.544	2.567	44.522	3,7
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	20.409	13.370	7.293	2.351	43.423	3,6
D3 CIDADE CRIATIVA	230	225	145	145	745	0,1
D4 CAPITAL ATLÂNTICA	71	108	108	71	353	0,0
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA,PARTIC E DESC	44.070	34.170	19.563	16.008	113.811	9,4
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	10.818	2.818	2.818	2.918	25.084	2,1
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	24.781	29.583	14.957	12.692	81.013	6,7
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	2.673	2.771	1.790	500	7.734	0,6
TOTAL	330.224	389.406	320.351	164.521	1.204.502	100

² Página 77 das Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa | 2018/2021

2.2.2 Análise do Orçamento para 2018

A proposta de orçamento para a cidade de Lisboa para 2018 foi elaborada de acordo com as grandes opções estratégicas reflectidas no Programa de Governo da Cidade para o mandato 2018-2021. A visão para a cidade reflecte-se na concretização de 5 eixos estruturantes:

Eixo A – Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente, apostando numa cidade sustentável e que promove o bem-estar

Eixo B – Combater Exclusões, Defender Direitos, afirmando direitos e reforçando a cidadania

Eixo C – Dar Força à Economia, criando uma cidade de prosperidade partilhada

Eixo D – Afirmar Lisboa como Cidade Global, revelando o carácter universalista e progressista da cidade

Eixo E – Governação Aberta, Participada e Descentralizada, reforçando a participação, a democracia e a transparência

Para a realização destes 5 Eixos contribuem várias áreas de actuação fundamentais para a cidade:

- Na área da **Habitação – Programa Renda Acessível e Reabilitação do Património Municipal** – a Camara prevê que o Programa Renda Acessível estará em plena execução em 2018 estando prevista a conclusão da análise das propostas submetidas nos 2 concursos iniciais no centro da cidade (Rua de São Lázaro e Rua Gomes Freire). Os concursos para as restantes operações do Programa estão em preparação. O Município pretende também aumentar o ritmo de investimento no seu parque habitacional, aumentando o número de habitações disponíveis para as famílias e melhorando as condições de conforto e eficiência energética dos edifícios. Os Bairros da Boavista e Padre Cruz irão continuar a sua reconstrução, e irão ser construídos novos fogos para realojamento dos moradores do Bairro da Cruz Vermelha.

- Na **Mobilidade**, prosseguirá o melhoramento do transporte público e o desempenho da rede viária, assim como a promoção da mobilidade activa e dos sistemas partilhados. A estratégia do Município na área da mobilidade passa por uma crescente articulação com a Carris, a Polícia Municipal e a EMEL, em diálogo com os restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.
- O **Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030)** pretende viabilizar uma solução integrada para o controlo de inundações, minimizando os impactos sociais e ambientais decorrentes das alterações climáticas previstas. Foi lançado em Dezembro último o Concurso Público Internacional para a empreitada de construção dos túneis, estando prevista a adjudicação e o arranque da construção em 2018.
- O **Programa Escola Nova** irá envolver, entre outros investimentos para apoio escolar, um significativo crescimento na reabilitação das escolas básicas sob gestão do município em 2018 – conclusão das obras em curso em 12 escolas e início de intervenções em mais 8 escolas.

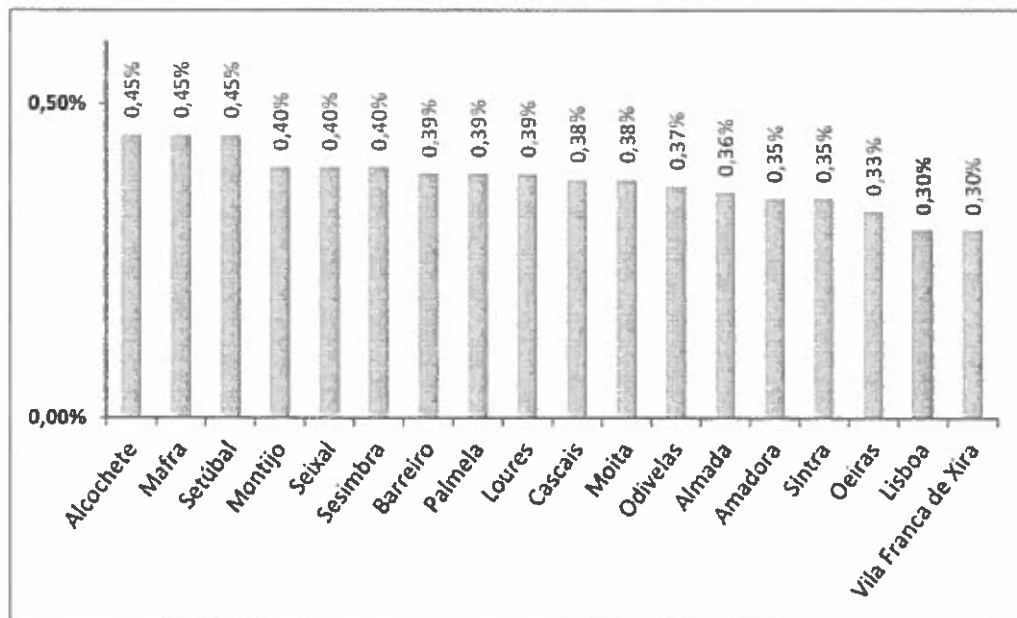
A política orçamental do Município para 2018 apresenta quatro orientações estratégicas:

1. Manutenção da política de impostos, taxas e tarifas mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa, com estabilidade fiscal e tributária.

Lisboa é o concelho com a política fiscal mais atractiva e favorável no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, devolvendo verbas significativas aos seus munícipes:

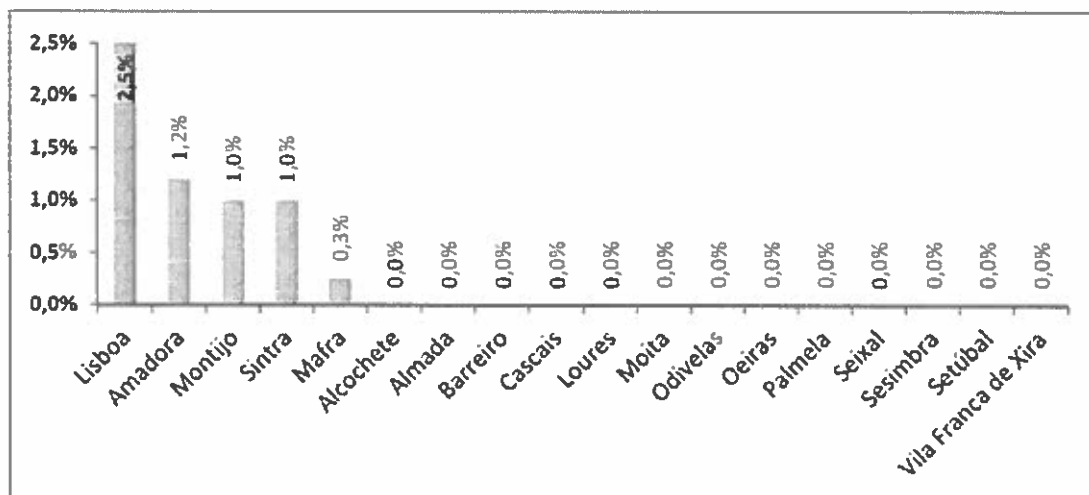
- a) **IMI** – O Imposto Municipal sobre Imóveis está no mínimo legal, com uma taxa de 0,3% (de um intervalo possível entre os 0,3 e 0,45), o que significa uma poupança anual de cerca de 61,7 milhões de euros para os cidadãos de Lisboa; acresce a este valor os descontos previstos para agregados com filhos (20€ para 1 filho, 40€ para 2 filhos, 70 € para 3 ou mais filhos), contabilizando um valor de 1,1 milhões de euros.

Gráfico 1 – Taxas do IMI aplicadas nos concelhos da AML (Ano 2017)³



b) IRS – Devolução pelo Município de metade das receitas obtidas através do Orçamento de Estado (2,5%), sendo o único município a fazê-lo (conforme gráfico abaixo); esta medida representa anualmente uma devolução de cerca de 31,5 milhões de euros.

Gráfico 2 – Benefício municipal de IRS aplicado nos concelhos da AML (Ano 2017)⁴



³ Página 13 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

⁴ Página 14 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

c) **Derrama** – as empresas também são objecto de incentivos relevantes no domínio da política fiscal do município; isenções para actividades com volume anual de negócios inferior a 150 mil euros e para actividades de restauração e pequeno comércio com volume anual de negócios inferior a milhão de euros; estas medidas visam potenciar a fixação e constituição de empresas no município, servindo de incentivo à criação de emprego; esta isenção representa uma poupança anual para as empresas de cerca de 3,4 milhões de euros.

2. Aumento do Investimento, o Orçamento de 2018 e as Grandes Opções do Plano para 2018-2021 contemplam investimento em 4 principais áreas:

Programa Renda Acessível (Lisboa PRA Todos) e Habitação Municipal

Mobilidade

Plano de Drenagem

Programa Escola Nova

3. Diminuição da Dívida e Melhoria da Eficiência de Gestão

O recurso ao crédito faz-se tendo em conta o limite legal e a dualidade entre a gestão das melhores condições dos custos de financiamento versus a rentabilidade dos activos. O município, tal como em 2017, irá promover a substituição ou consolidação de dívida sempre que as condições sejam favoráveis ao Município. Também, a alienação de activos não estratégicos do município irá contribuir para a aquisição de novos activos estratégicos e para a amortização da dívida.

4. Investimento no Trabalho, nos trabalhadores e nas suas condições de trabalho

De acordo com a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2018, que prevê que a partir deste ano possam ocorrer valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão dos trabalhadores, em função dos resultados e da avaliação de desempenho, este orçamento prevê o descongelamento das carreiras e a consequente alteração salarial dos trabalhadores. O orçamento do município reflecte também a reposição do regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como o fim da tributação do subsídio de refeição dos trabalhadores.

Este orçamento promove uma política de investimento no trabalho, nos trabalhadores e nas suas condições de trabalho, sempre acompanhada de uma política de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, assente em 3 vectores de desenvolvimento:

- A. Capacitar os trabalhadores para desafios e objectivos estratégicos da organização e da cidade, implementando um Plano de Formação e Desenvolvimento Profissional, ajustando o plano de gestão das pessoas às novas linhas estratégicas e de acção do Município;
- B. Valorizar os trabalhadores do Município e potenciar o valor do seu trabalho;
- C. Melhorar as condições de trabalho nas áreas da saúde, higiene e segurança em todos os locais de trabalho do Universo Municipal.

Receita para 2018

Prosseguindo o objectivo de contas sustentáveis e equilibradas, prevê-se que as **receitas cresçam 4,7% em 2018**.

Quadro 2 – Comparativo da Receita Orçamentada (2017-2018)⁵

(em M€)				
RECEITA	2017	2018	D (2018 - 2017)	%
CORRENTES	586,7	689,4	102,7	17,5
CAPITAL	188,4	122,0	-66,4	-35,2
TOTAL	775,1	811,4	36,3	4,7

Assim, verifica-se um aumento de 36,3 milhões de euros nas receitas, devido ao aumento das receitas correntes em 102,7 milhões de euros e da redução das receitas de capital em 66,4 milhões de euros.

Os **impostos directos** apresentam um aumento de 72,8 milhões de euros, com base na expectativa da continuada melhoria da dinâmica económica na cidade, reflectindo-se num aumento das receitas potenciais de IMT em 36,7 milhões e no aumento das receitas com a **Derrama** na ordem dos 28,4 milhões de euros.

Quanto às Taxas, Multas e Outras Penalidades, este orçamento prevê uma diminuição de 7,9 milhões de euros (-10,3%), fundamentalmente explicado pela anulação da **Taxa**

⁵ Página 19 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

IP
WA

Municipal de Protecção Civil, conforme estipulado pelo Acórdão nº 848/2017 do Tribunal Constitucional, com redução no mesmo montante na parte de despesa na Reserva de Contingência. Ainda assim, prevê-se que a receita gerada pelas taxas urbanísticas e realização de infraestruturas ascenda aos 6,3 milhões de euros em resultado do momento de grande incremento nos investimentos de reabilitação e requalificação que se tem verificado na cidade de Lisboa.

Prevê-se também um aumento de 7,3 milhões de euros nas **Vendas e Prestação de Serviços**, com destaque para a venda de bens inutilizados através da melhoria da recolha selectiva de resíduos urbanos (+0,3 milhões de euros) , assim como pelo aumento da receita dos parques de estacionamento (+2,3 milhões de euros), e também devido à variação da tarifa de saneamento e o incremento de rendas associadas à gestão de activos do município (+1,9 milhões de euros).

As Receitas de capital deverão apresentar uma diminuição na ordem dos 66,4 milhões de euros, essencialmente devido à diminuição potencial das alienações não estratégicas para fazer face à redução da dívida, pelo facto de existir maior disponibilidade ao nível das Receitas do município. Esta rubrica já inclui o valor do 1º contrato do empréstimo BEI para financiamento do programa de investimentos Lisboa XXI (43.9 milhões de euros).

Despesa para 2018

Relativamente à **Despesa**, importa referir que a melhor posição financeira do município, alcançada através dum percurso de consolidação orçamental, permite agora intensificar o ciclo de investimento já iniciado, tendo por objectivo a promoção da qualidade de vida na cidade.

Quadro 3 – Comparativo da Despesa Orçamentada (2017/2018)⁶

DESPESA	2017	2018	(em M€)	
			D (2018 - 2017)	%
CORRENTES	500,0	533,0	33,0	6,6
CAPITAL	275,1	278,4	3,3	1,2
TOTAL	775,1,	811,4	36,3	4,7

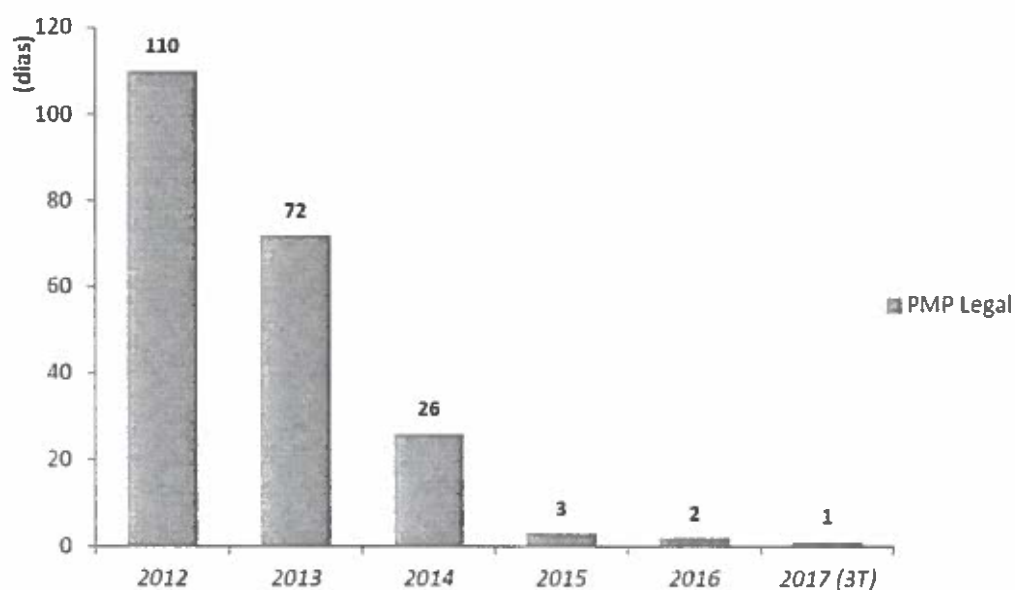
⁶ Página 21 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

DL
WA

As despesas do município deverão apresentar um aumento na ordem dos 4,7% (+36,3 milhões de euros), por via do aumento das despesas correntes em 33 milhões de euros e do aumento das despesas de capital em 3,3 milhões de euros. Assim, verifica-se um aumento das **Despesas com Pessoal** em 7,6 milhões de euros devido ao descongelamento das alterações de posicionamento remuneratório e ao ingresso de novos trabalhadores. A rubrica **Aquisição de Bens e Serviços** apresenta uma diminuição de 7,1% e **Juros e Outros Encargos** uma redução de 22,2%. Na rubrica Transferências Correntes prevê-se uma redução de 20,8 milhões de euros. Já a rubrica **Outras Despesas Correntes** apresenta um aumento de 58,1 milhões de euros, reflectindo uma opção estratégica de constituição de uma Reserva de Contingência para fazer face a eventuais decisões sobre processos judiciais e/ou eventuais amortizações extraordinárias de dívida. Com o Acórdão 848/2017 do Tribunal Constitucional parte desta reserva será utilizada para efectuar a devolução aos munícipes de cerca de 58 milhões de euros cobrados na Taxa Municipal de Protecção Civil. As **Despesas de Capital** verificam um aumento de 9,8 milhões de euros, traduzindo o valor de investimento em bens de capital.

Este orçamento mantém uma política de pagamento a pronto a fornecedores. No gráfico abaixo verifica-se a evolução registada no **Prazo Médio de Pagamentos** a fornecedores nos últimos anos. Verificou-se uma redução em mais de 100 dias num intervalo de 5 anos.

Gráfico 4 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos⁷



⁷ Página 24 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

DL
LA

Em suma, o orçamento reflecte as opções estratégicas por eixo do programa de governo da cidade, reflectidas no Plano Anual de Actividades para 2018, conforme quadro abaixo.

Quadro 4 – Plano Anual de Actividades de 2018⁸

Em Euros

OBJETIVO / PROGRAMA	DOTAÇÕES					
	TOTAL	%	DEFINIDA	%	N/DEFINIDA	%
EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE	382.442.108	52,4	228.720.165	49,2	153.721.943	57,9
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	45.865.416	8,3	34.507.430	7,4	11.397.986	4,3
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	99.158.202	13,8	45.530.235	9,8	53.577.967	20,2
A3 MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	45.739.581	8,3	23.850.557	5,1	21.889.004	8,2
A4 CID.SUSTENTÁVEL.RESILIENTE.AMIGA AMBIEN	129.471.973	17,7	79.827.095	16,9	50.644.878	18,1
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	58.785.019	7,8	40.980.020	8,8	15.784.999	5,9
A6 CIDADE SEGURA	5.411.937	0,7	4.974.829	1,1	437.109	0,2
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES,DEF DIRETOS	62.633.229	8,6	48.485.068	10,4	14.148.161	5,3
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	14.820.533	2,0	10.422.212	2,2	4.198.321	1,6
B2 +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC.,MELHOR ESCOL	38.995.784	5,3	32.671.335	7,0	6.324.429	2,4
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	7.539.308	1,0	3.913.897	0,8	3.625.411	1,4
B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	1.477.624	0,2	1.477.624	0,3	0	0,0
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	37.062.099	5,1	19.626.683	4,2	17.435.416	6,6
C1 + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS	275.886	0,0	275.886	0,1	0	0,0
C2 + EMPREENDEDORES, + ATITUDE EMPREENDEDC	5.499.382	0,8	2.729.800	0,6	2.770.762	1,0
C3 FOMENTAR O TALENTO	26.500	0,0	26.500	0,0	0	0,0
C4 CIDADE INTELIGENTE	2.634.868	0,4	2.634.868	0,6	0	0,0
C5 APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	1.832.831	0,3	1.057.831	0,2	775.000	0,3
C6 TURISMO SUSTENTÁVEL	26.792.652	3,7	12.902.968	2,8	13.889.654	5,2
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOB	42.193.201	5,8	33.803.752	7,3	8.389.449	3,2
D1 CAPITAL EUROPEIA	302.000	0,1	202.000	0,2	0	0,0
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	40.821.103	5,8	32.499.453	7,0	8.121.650	3,1
D3 CIDADE CRIATIVA	899.448	0,1	488.974	0,1	232.474	0,1
D4 CAPITAL ATLÂNTICA	70.650	0,0	35.325	0,0	35.325	0,0
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA,PARTIC E DESC	206.118.381	28,2	134.451.158	28,9	71.667.223	27,0
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	85.019.475	11,8	60.611.438	13,0	24.409.039	9,2
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	33.835.482	4,8	24.518.406	5,3	9.118.966	3,4
E4 REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇ	81.875.573	11,2	44.348.955	9,5	37.329.618	14,1
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	5.787.871	0,8	4.974.271	1,1	513.600	0,3
TOTAL	730.449.011	100	465.086.826	100	265.362.182	100

2.2.3 Análise do Mapa de Pessoal para 2018

A proposta de mapa de pessoal para 2018 identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as actividades do Município de Lisboa.

⁸ Página 103 do Orçamento 2018 para a cidade de Lisboa

Os trabalhadores são o principal recurso para a Câmara Municipal de Lisboa, pelo que, nos últimos anos, foram criadas condições para uma gestão das pessoas na CML mais profissional e humanizada, em diálogo social com os trabalhadores e seus representantes. Com uma nova filosofia: para maximizar a motivação das pessoas e o seu contributo para os objectivos organizacionais, é necessário mudar a tradicional gestão administrativa e burocrática de recursos, focada no curto prazo e na eficiência dos processos administrativos de gestão das carreiras, remunerações e garantia formal de direitos e deveres, para uma gestão estratégica de recursos humanos focada no longo prazo.

Esta alteração de uma gestão administrativa e burocrática de recursos humanos, centrada numa abordagem eminentemente quantitativa do seu efectivo, para uma gestão que procura a concretização dos objectivos organizacionais através das pessoas, implicou uma reorientação estratégica da função recursos humanos na CML, adoptando um modelo de gestão das pessoas baseado na definição centralizada de prioridades, políticas e modelos de gestão mas desconcentrado na sua aplicação, isto é, traduzido em acções concretas pelas diversas unidades orgânicas municipais.

O programa de governo da cidade define as seguintes medidas que se destacam:

- 1) Criar um ambiente de trabalho atractivo, positivo e motivador;
- 2) Valorizar o trabalho e os trabalhadores, envolvendo-os no melhor funcionamento dos serviços, reconhecendo os seus contributos, motivando e promovendo a conciliação entre o trabalho e a vida privada;
- 3) Implementar o Plano de Formação e Desenvolvimento Profissional, ajustando o plano de gestão das pessoas às novas linhas estratégicas e de acção do Município.

A presente proposta de mapa de pessoal reflecte a continuação das linhas de força da política de gestão de recursos humanos definida pelo Município de Lisboa, que pressupõe a avaliação do impacto das saídas registadas nos últimos anos, resultante dos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis do orçamento de Estado, assim como a adopção de práticas de gestão das pessoas reconhecidas como práticas de referência.

Esta proposta considera o acréscimo de postos de trabalho resultantes de necessidades identificadas pelos serviços em áreas deficitárias e prementes para a execução das suas missões e actividades. Para esse preenchimento de necessidades e no âmbito da valorização profissional dos trabalhadores do Município, foram previstos mais 84 postos de

trabalho, permitindo, assim aos trabalhadores que adquiriram novas habilitações literárias ascender a uma carreira superior. Assim, vão decorrer este ano 31 processos de mobilidades intercarreiras para várias áreas de técnico superior, assistente técnico, educador de infância e especialista de informática, seleccionando os candidatos com perfil mais adequado às necessidades identificadas.

De igual forma, a proposta já reflecte as consolidações das mobilidades intercarreiras e intercategorias que foram concretizadas em 2017, num total de 828 trabalhadores que integraram definitivamente carreira ou categoria superior.

Traduz ainda a integração de um número significativo de trabalhadores, decorrente das admissões efectuadas no âmbito dos procedimentos concursais externos realizados para assistentes operacionais, cantoneiro de limpeza (290), coveiro (23) e tratador apanhador de animais (21). Na carreira de assistente operacional regista-se o aumento de número de postos de trabalho cativos de cantoneiro de limpeza (31), coveiro (7) e de tratador apanhador de animais (18) para possível alargamento dos procedimentos concursais que se encontram a decorrer e que permitirão colmatar as necessidades ainda verificadas nestas áreas de atividade. Na carreira de bombeiro sapador prevê-se, igualmente, o alargamento de vagas do concurso a decorrer, o que se traduz no aumento de postos de trabalho cativos na categoria de bombeiro sapador/estagiário/recruta.

Ocorrerá também um acréscimo de postos de trabalho vagos na carreira de assistente técnico de biblioteca e documentação para preencher necessidades resultantes da abertura de novas bibliotecas municipais na cidade de Lisboa. O anexo VI (Proposta de Plano Anual de Recrutamento para 2018) especifica o recrutamento de pessoal previsto para 2018.

Em suma, o mapa de pessoal prevê 9.991 postos de trabalho, o que representa um aumento de 0,4% face a 2017; deste total 7.479 são postos de trabalho ocupados dos quais 7.367 são ocupados por trabalhadores em contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, comissões de serviço, nomeações e outras situações, e 112 são ocupados por trabalhadores em mobilidade intercarreiras, intercategorias e na mesma categoria em actividade diferente, acordo de cedência de interesse público e mobilidade de outros organismos; 2.050 são postos de trabalho cativos e existem 462 postos de trabalho vagos (menos 16,9% que em 2017).

2.3 Audições

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2018-2021 e ao Orçamento para 2018, foi determinada a audição de todos os vereadores com pelouros em todas as Comissões Permanentes. Estão anexadas ao parecer as apresentações dos respectivos vereadores nas respectivas Comissões.

O Vereador João Paulo Saraiva apresentou o Orçamento para 2018 no dia 21 de Dezembro na Comissão. A apresentação do Vereador está anexada ao Parecer (Anexo I)

Após a apresentação, o Vereador procedeu às seguintes explicações, após várias questões terem sido colocadas pelos deputados municipais:

- Relativamente à Taxa Municipal de Protecção Civil, o Acórdão do Tribunal Constitucional elimina a possibilidade de haver mais taxas a incidir sobre esta área, verifica-se a necessidade de existir outra forma de reequilibrar a receita estrutural para fazer face à despesa estrutural do Município. Sobre a devolução da taxa, o município não podia introduzir nenhum mecanismo que fosse de devolução automática (o envio de cheque, por ex.) porque a Lei Geral Tributária não o permite, pois tem de ser de iniciativa do próprio contribuinte. O município quer que seja um processo o mais simples e menos burocrático possível. Foi colocada uma reserva de contingência no orçamento no valor de 100 milhões de euros para fazer face a eventualidades, como é o caso. Esta situação estava acautelada do ponto de vista orçamental. O orçamento para a área da protecção civil não vai sofrer qualquer redução, nem em nenhuma outra área.

- Todas as situações relativas a processos judiciais, do ponto de vista patrimonial, estão reflectidas nas Provisões.

- Relativamente ao contrato empréstimo do BEI, está previsto o 2º pacote de investimento no montante de 52 milhões de euros para 2018, dominado sobretudo pelo Plano de Drenagem para fazer face às alterações climáticas. O empréstimo será pago ao longo dos próximos 20 anos. Em termos de endividamento, a previsão é acabar 2018 com menos dívida que em 2017.

- Quanto à situação dos trabalhadores dos Olivais, está a ser construído um edifício de raiz e outros estão a ser melhorados. Verifica-se que as condições actualmente são melhores do que as que os trabalhadores tinham em Alcântara ou na Boavista.

- Relativamente à Taxa Turística, de salientar que a ATL não faz nada sem ser mandatada pelo Câmara, logo todas as obras são decididas pela Câmara.

- O Investimento vai crescer 15%, passando de 306 milhões de euros em 2017 para 352 milhões de euros em 2018.

- As Despesas com Pessoal aumentam 7,6 milhões de euros sobretudo devido ao acréscimo de 2 M€ respeitantes à actualização salarial por via do descongelamento das alterações de posicionamento remuneratório e ao acréscimo de 2 M€ na rubrica de remunerações de pessoal, resultado dos novos ingressos durante o ano de 2017.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e Descentralização e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4. CONCLUSÕES

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal a aprovação das Opções do Plano para o quadriénio 2018-2021, do Orçamento para 2018 e do Mapa de Pessoal para 2018, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta sobre a qual incidiu o presente parecer está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML.

5. ANEXOS

Da presente proposta constam os seguintes anexos:

Anexo I – Apresentação Vereador João Paulo Saraiva - OCML 2018

Anexo II – Apresentação VP Duarte Cordeiro – Economia

Anexo III – Apresentação VP Duarte Cordeiro – Higiene Urbana

Anexo IV - Apresentação VP Duarte Cordeiro – Casa dos Animais

Anexo V - Apresentação Vereador José Sá Fernandes – Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia


Anexo VI – Plano Anual de Recrutamento

As forças políticas representadas na Comissão reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes.

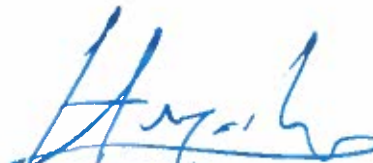
Lisboa, 12 de Janeiro de 2018

A Presidente da 1.^a Comissão,



Irene Lopes

O Deputado Relator,



Hugo Lobo